



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DESTE,**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO/PR**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0050/2023.**

A **Curitiba Comércio de Pneumáticos e Tintas Ltda EPP.**, com sede na cidade de **Curitiba - PR**, à **Rua Padre Dehon, 3300 – Boqueirão – CEP 81.670-100**, inscrição no **CNPJ/MF** sob nº **47.270.248/0001-36**, Fone/Fax: (41) 3042-2516, e-mail: [pneuscuritiba@gmail.com](mailto:pneuscuritiba@gmail.com), por intermédio de seu representante legal o **Sr. José Salésio Muniz do Amaral**, portador da **Carteira de Identidade nº 7R/1.428.563** e do **CPF nº 509.124.029-20**, vem à presença de V. Exa., para, com fundamento no artigo 41, §2º, da Lei nº. 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** diante das razões de fato e de direito adiante explicitadas.

#### **DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

Preliminarmente, é de se assinalar que a presente impugnação é tempestiva, tendo em vista que a data marcada para a sessão de abertura da licitação é 02/10/2023, e hoje é dia 22/09/2023, portanto antes da data de abertura das propostas, consoante o disposto no artigo 41, §2º, da Lei nº. 8.666/93, como segue:

*“Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência [...]”.*

#### **DA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA E AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE**

O princípio da isonomia tem fundamento no art. 5º da Constituição Federal e está preceituado no art.3º da Lei nº. 8.666/93 cujo teor transcreve abaixo:

*“Art.3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade*



*com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

*§1º É vedado aos agentes públicos:*

*I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;*

A seguir, nos motivos da impugnação perceber-se-á claramente a não observância dos referidos princípios, pois as exigências contidas nos editais de licitação devem ser isonômicas, garantindo a participação de todas as empresas que tem real condição de fornecimento, e serem razoáveis e proporcionais ao objeto licitado.

### **DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO**

Nossa empresa vem por meio deste documento, **IMPUGNAR** referente ao pregão **0050/2023**, pois como transcreve em EDITAL é solicitado **SERVIÇO DE MONTAGEM**, sobre o OBJETO da licitação, PNEUS AUTOMOTIVOS.

Todavia, a empresa **CURITIBA COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA** é apenas fornecedora de **PNEUS**, onde **NÃO** dispõe oficina e/ou representante na região do órgão público.

Assim, ficando impedida de participar no certame, mediante a exigência de prestação de serviços referente **SERVIÇO DE MONTAGEM**.





Ora, destaca-se que a empresa requerente **NÃO** poderá participar do certame, pois é localizada em **outra cidade**. Deste modo, não havendo a mínima possibilidade de se diligenciar até o município para realizar a INSTALAÇÃO dos materiais solicitados.

**Tal EXIGÊNCIA** em Edital trás ônus as empresas nos quais **NÃO** são situadas na Região da Administração Pública, afetando os princípios da COMPETITIVIDADE e a busca do MELHOR INTERESSE ECÔNOMICO conforme estabelece a LEI 8666/93 e demais legislações.

**Deste modo, pede-se que seja realizado um lote separado e específico para a prestação de serviços de instalação e mão de obra.**

**É nítido que o lote/item específico sobre a MONTAGEM não direciona a licitação para empresas sediadas dentro do município, dando oportunidade para empresas de fora em realizar apenas o fornecimento do produto.**

#### **DO PEDIDO**

Face ao acima exposto, em respeito aos princípios constitucionais da isonomia e economicidade bem como à legislação complementar já referida, pede que Vossa Senhoria se digne rever os Atos deste Órgão, como possibilita a Lei, e, por justiça:

a) seja realizado um grupo específico dos itens com intuito de ampliação da disputa e a participação de empresas especializadas pelo fornecimento de PNEUS e BATERIAIS que comprovadamente reúnam condições para licitar e contratar com este Órgão, observadas as questões de garantias, especificação e qualidade, bem como todas as normas técnicas brasileiras vigentes;

c) Determinar, que nas futuras licitações, para efeito de habilitação dos interessados, abstenha-se de fazer exigências que excedam aos limites fixados nos artigos. 27 a 33 da Lei nº 8.666, de 1993;

*19. Supletivamente, sendo necessário, sejam encaminhadas as anexas razões à apreciação da autoridade superior, forte no que dispõe o art. 109 da Lei 8.666/93, para que analise e decida em última instância, no intuito de reformar a regra ora impugnada.*

#### **CONCLUSÃO**



Pelo exposto, espera a empresa impugnante. O acolhimento e provimento da presente impugnação, a fim de que se corrijam os vícios detectados no Edital, ou seja, aplicando um novo lote sobre a prestação de serviços, separado aos pneus automotivos, fazendo-se valer então os princípios acima expostos e, na forma da lei, proceder aos procedimentos necessários à redesignação da data do certame.

Termos no quais, pede deferimento.

Curitiba, 22 de Setembro de 2023.

**KAUE MUNIZ DO AMARAL**  
**PROPRIETARIO**  
**RG: 10.117.444-1**  
**CPF: 074.127.859-66**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



## RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

**Referente:** Pedido de Impugnação Pregão Eletrônico nº 050/2023.

**Empresa:** Curitiba Comércio de Pneumáticos e Tintas Ltda EPP.

### **Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**

Sobre a Impugnação ao Edital referente ao processo licitatório 071/2023, Pregão Eletrônico nº 050/2023, visando a aquisição de pneus novos, segue abaixo:

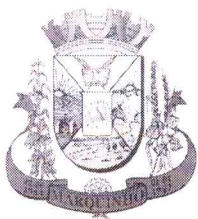
Cabe salientar que a Modalidade Licitatória Pregão Eletrônico fora criada com o intuito de dar celeridade aos procedimentos de compras e contratações da administração pública e que, não somente a administração, mas também todos os envolvidos no procedimento, têm o dever de cuidar para não gerar dificuldades inúteis ao andamento do procedimento.

Com relação ao Pedido de impugnação, cabe destacar que foi apresentado de forma tempestiva pela impugnante, observando o contido em Edital de Licitação Item "24.", subitem "24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.", reconhecendo assim a tempestividade do ato.

### **DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO**

A empresa impugnante contesta o instrumento convocatório do procedimento licitatório em epígrafe, alegando que a participação de todas as empresas que tem real condição de fornecimento, e serem razoáveis e proporcionais ao objeto licitado, pontuando como motivos:

- Que há solicitação de SERVIÇO DE MONTAGEM, sobre o OBJETO da licitação, PNEUS AUTOMOTIVOS;
- Que a empresa CURITIBA COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA é apenas fornecedora de PNEUS, onde NÃO dispõe oficina e/ou representante na região do órgão público;
- Que fica impedida de participar no certame, mediante a exigência de prestação de serviços referente SERVIÇO DE MONTAGEM;
- Que a empresa requerente NÃO poderá participar do certame, pois é localizada em outra cidade. Deste modo, não havendo a mínima possibilidade de se diligenciar até o município para realizar a INSTALAÇÃO dos materiais solicitados;
- Que a EXIGÊNCIA em Edital traz ônus as empresas nos quais NÃO são situadas na Região da Administração Pública, afetando os princípios da



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000162

COMPETITIVIDADE e a busca do MELHOR INTERESSE ECÔNOMICO conforme estabelece a LEI 8666/93 e demais legislações;

Diante do exposto a requerente impugnante exige que:

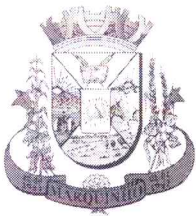
- seja realizado um grupo específico dos itens com intuito de ampliação da disputa e a participação de empresas especializadas pelo fornecimento de PNEUS e BATERIAIS que comprovadamente reúnam condições para licitar e contratar com este Órgão, observadas as questões de garantias, especificação e qualidade, bem como todas as normas técnicas brasileiras vigentes; e
- nas futuras licitações, para efeito de habilitação dos interessados, abstenha-se de fazer exigências que excedam aos limites fixados nos artigos. 27 a 33 da Lei nº 8.666, de 1993;
- haja o acolhimento e provimento da presente impugnação, a fim de que se corrijam os vícios detectados no Edital, ou seja, aplicando um novo lote sobre a prestação de serviços, separado aos pneus automotivos, fazendo-se valer então os princípios acima expostos e, na forma da lei, proceder aos procedimentos necessários à redesignação da data do certame.

## DA RESPOSTA

De ciência do solicitado passamos a observar o exigido em Edital de Licitação, Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico nº 50/2023, que no Item “7.”, subitem “7.1.” do Termo de referência discorre que *“Os produtos deverão ser entregues montados em até 05 (cinco) dias úteis, contados do encaminhamento da requisição através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor. A montagem e desmontagem dos pneus será exclusivamente por conta do licitante vencedor.”* Passamos assim a analisar os fundamentos do exigido:

- Quando esta municipalidade entende pela responsabilidade da proponente vencedora pela desmontagem e conseqüentemente a montagem dos pneus novos nos veículos, observamos que há claramente a intenção de conciliar a aquisição dos pneus novos com o fator garantia, pois há o claro risco de o fornecedor dos pneus alegar que o problema foi de quem instalou e conseqüentemente quem instalou alegaria que o problema foram dos pneus resultando assim em um prejuízo crasso ao órgão público, ferindo deliberadamente o Princípio da Economicidade.
- Verificamos ainda, que é de praxe do mercado a venda com a montagem dos pneus no veículo, visto que normalmente ao adquirir um





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000163

pneu novo, o fornecedor já faz o serviço de montagem do mesmo. Não atrelando nenhum custo adicional ao preço final, corroborado aqui pelo fato de que esta Administração estaria sendo conivente com um possível pagamento em duplicidade no caso da aquisição dos pneus e posteriormente da contratação dos serviços de montagem por empresa terceirizada, haja visto que esta municipalidade não possui sem eu quadro de servidores, profissional capacitado para a realização dos serviços tampouco equipamentos adequados para o pleito, ferindo novamente o Princípio da Economicidade.

- Cabe ressaltar e destacar que, o Município de Marquinho enquadra-se como pequena cidade, com cerca de 5.000 habitantes, não dispondo assim de ampla infraestrutura predial, assim não possui almoxarifado adequado para o armazenamento dos pneus a longo prazo, assim, o fornecimento em boa parte das requisições, deverá ser com a entrega e montagem nos moldes dos prazos estabelecidos junto ao Termo de Referência do Edital de Licitação, pois uma das Secretárias que mais fará a utilização dos pneus é a da Saúde, como é sabido de todos, com a fragmentação deste serviço que é intrínseco ao objeto, os prazos se alongam cada vez mais e quando tratamos de transporte oferecidos aos usuários da Saúde Pública tratamos da integridade física e psicológica dos usuários. Atentamos assim que a redução dos prazos para que os veículos voltem o quanto antes as atividades normais é o diferencial em muitos casos à saúde dos munícipes e demais usuários da Saúde Pública.
- Destacamos ainda o fato de que esta municipalidade não possui veículos reservas para realizarem os transportes enquanto é realizada a desmontagem/montagem dos pneus no veículo ora utilizado. Assim dispomos que, caso haja a necessidade da substituição de um pneu, levando em conta que a maior parte das vias municipais são constituídas de estradas sem pavimentação, compostas por cascalho, pedriscos e demais materiais que são extremamente abrasivos aos pneus, levando a altos índices de substituições, deverá este órgão público aguardar o prazo médio de 5 (cinco) dias para entrega dos pneus, mais 5 (cinco) dias para a desmontagem/montagem?
- Vale ressaltar que a exemplo da área da Saúde, observamos também o grande impacto na Secretaria de Educação, atualmente o calendário





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000164

PREFEITURA DE  
**MARQUINHO**

escolar é extremamente rigoroso e com margem quase zerada para reposições de aulas e atividades, ora pois, um veículo parado, sem prestar os serviços por 10 (dez) dias traria prejuízos incalculáveis a vários setores da Administração Pública.

- A impugnante alega ainda que está impedida de licitar, pois não dispõe de oficina e/ou representante na região do órgão público, reiteramos que não há exigências para dispor de representante e/ou oficial na região do Município de Marquinho, o que há é a solicitação para que seja realizado prospecção de contratação tal qual é realizado aos particulares, ora pois, é devido só por se tratar de Administração Pública realizar dois pagamentos quando em particulares o pagamento e serviços são intrínsecos? Ocorre ainda que, o fato de a impugnante estar sediada em outra cidade ou estado não impede sua participação no presente certame.

## CONCLUSÃO

Assim entendemos pelo cumprimento da Lei, estando assim o edital livre de qualquer irregularidade ou vício e na forma da Lei, **NEGAMOS PROVIMENTO** à impugnante Curitiba Comércio de Pneumáticos e Tintas Ltda EPP.

Marquinho-PR, 25 de setembro de 2023.

Atenciosamente,



Gilmar Camargo

Departamento de Licitações e Contratos  
Prefeitura Municipal de Marquinho-PR

**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

---

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO-PR****ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO****Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 050/2023****Data da Sessão: 02/10/2023 às 09h00min.**

**CPX DISTRIBUIDORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 10.158.356/0001-01, com sede na rodovia Antônio Heil, n.º 800 – Itaipava, Itajaí/SC, 88316-001, e-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br), por intermédio de seu representante legal, Sr. Celio Milo de Andrade CPF: 351.794.588-97, vem, respeitosamente, perante os senhores a fim de **IMPUGNAR** os termos do Edital do processo licitatório em referência, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

**1. DA TEMPESTIVIDADE**

O Edital, no Item 24, dispõe o seguinte:

**24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Portanto, concedido o prazo de dois dias úteis para impugnações e considerando a abertura da sessão pública está prevista para o dia 02/10/2023, o segundo dia útil a anteceder o certame é o dia 27/09/2023, restando tempestiva a presente impugnação.

**2. DOS FATOS**

Diz respeito a presente impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico **Nº. 050/2023** que será realizado em 02/10/2023, proposto pelo **MUNICÍPIO DE MARQUINHOS-PR**, tendo como objeto, **AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

Verificou-se no Edital e seus anexos determinada exigência impondo condição que vão em desconformidade aos princípios basilares da Administração Pública e das Licitações Públicas, uma vez que restringem a participação dos licitantes exigindo prazo para inexecução para entrega dos produtos ora licitados.

Motivo este pelo qual a empresa oferece a presente **IMPUGNAÇÃO**.

**3. DO MÉRITO**

**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

---

**I. Prazo de entrega 5 (cinco) dias úteis.**

A empresa ao analisar o edital e seus anexos para verificar a viabilidade de participação se deparou com a seguinte condição no item **7 – Condições e prazos de entrega ou execução**, do termo de referência;

7.1. Os produtos deverão ser entregues montados em até 05 (cinco) dias úteis, contados do encaminhamento da requisição através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor. A montagem e desmontagem dos pneus será exclusivamente por conta do licitante vencedor.

Ao fixar um prazo para a entrega dos produtos, deve a Administração Pública pautar-se na **razoabilidade, planejamento**, bem como atentar-se para o **caráter de ampla competitividade** que deve envolver o processo licitatório e a realidade de mercado.

Para Marçal Justen Filho, o princípio do planejamento significa o dever de previsão das ações futuras, abrangendo inclusive eventos não relacionados diretamente à atuação administrativa, de modo a adotar as providências mais adequadas e satisfatórias para a realização das finalidades pretendidas.

Por isso, deve-se considerar a localização geográfica do órgão e dos possíveis participantes antes de fixar o prazo de entrega, uma vez, que entre o recebimento da ordem de compra e a efetiva entrega dos produtos, há toda uma operação que compreende a separação, faturamento e o carregamento bem como seu deslocamento, até que sejam descarregados nos locais indicados pelo órgão contratante.

Assim sendo, o prazo estipulado em edital de 5 (cinco) dias úteis resta extremamente exíguo, de modo que não há tempo hábil para atender às demandas solicitadas pela Administração Pública e por isso está deve pautar-se em um **planejamento**, garantindo ao fornecedor condições em que seja possível cumprir as determinações editalícias, **seja ele da região ou não**, pois tal prazo compromete a operação que o produto exige.

A título ilustrativo, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifestou em decisão liminar, in verbis:

"[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93.



**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

(Denúncia nº 862.524 – Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011).

Ainda:

De fato, os motivos esposados pelo Denunciante são suficientes para se proceder à imediata suspensão do certame. É que o indigitado edital de pregão presencial exige que a empresa vencedora do certame proceda à entrega dos produtos licitados em até dois dias úteis, contados do recebimento da ordem de compras. Ora, é clarividente que a imposição de prazo tão diminuto para entrega do material inviabiliza a participação de empresas que não estejam próximas das imediações do Município [...].

Ademais, não se mostra razoável que a Administração Municipal, a quem compete o exercício de suas obrigações **pautada em mínimo planejamento**, submeta empresas com quem contrata a súbitas necessidades, colocando-as em eterno estado de prontidão para atender a **demandas em prazo demasiado exíguo**. A exigência retratada no Edital de Pregão Presencial [...], sem a menor dúvida, afronta a competitividade e a razoabilidade, sendo contrária, portanto, aos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, [...]. (Denúncia nos 862.797 – Relator: Conselheiro Presidente Antônio Carlos Andrada, sessão de julgamento para referendo pela Segunda Câmara em 09/02/2012).

Ademais, a Egrégia Corte de Contas das União também consolidou entendimento, no Acórdão nº. 2441/2017, de que, in verbis:

REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM EDITAL DE LICITAÇÃO. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR. ESCLARECIMENTOS INSUFICIENTES PARA ELIDIR PARTE DAS IRREGULARIDADES SUSCITADAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. RESTRIÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO. ANULAÇÃO DO CERTAME. REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO. **Cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão**, (grifo nosso) sejam de ordem técnica ou econômica. (ACÓRDÃO nº. 2441/2017 – PLENÁRIO – Data de Julgamento: 01/11/2017)

Caso não haja oportunidades iguais para que licitantes de diferentes regiões possam participar do certame, fica evidente a restrição à competitividade ao ser fixado prazo de entrega

**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001  
CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

Ínfimo de 5 (cinco) dias úteis, é claro e evidente a preferência da Comissão de Licitação na contratação de um fornecedor específico da região da municipalidade.

Neste sentido, havendo tal restrição fixada em edital, estaria a Administração Pública ferindo gravemente o disposto no artigo 3º, parágrafo 1º da Lei 8.666/1993, que diz o seguinte:

**Art. 3** - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada com estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo primeiro - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Exigir que os pneus sejam entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis é simplesmente discriminação fundada em questão da localização geográfica, pois só poderá participar do certame a empresa que estiver localizada próximas a Administração requisitante.

Qualquer critério imposto pelo órgão contratante deve ser razoavelmente compatível com o objeto contratado, de modo que é inválida qualquer adoção excessiva ou abusiva de critério geográfico, uma vez que, ao impor como exigência o prazo de entrega de 5 (cinco) dias úteis, é nítida a benesse em favor dos licitantes que estão compreendidos nas proximidades do órgão.

É costumeiro em licitações, por ser tempo justo, razoável, e que não prejudica a concorrência o prazo de 30 (trinta) dias para entrega dos materiais (prazo considerado como de entrega imediata). O prazo inferior a 15 (quinze) dias já é tido pela jurisprudência como prazo emergencial e que deve ser justificado pelos órgãos públicos.

Lembrando que a Administração Pública deve sempre pautar-se na **razoabilidade, planejamento**, para elaboração dos pedidos.



**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

Portanto, o edital acaba por restringir a participação de outras empresas licitantes, excluindo-as prévia e sumariamente da licitação, ferindo a isonomia exigida na Carta Maior, o que é inadmissível, notadamente quando se trata da Administração Pública.

No mesmo sentido do que diz a Lei 8.666/1993, a Lei 10.520/2002 no seu artigo 3º, inciso II, veda especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição. Esta mesma Lei em seu artigo 3º, inciso I, diz que a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, **mas em momento algum diz que ela tem liberalidade para fazer exigências excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.**

A jurisprudência também corrobora os motivos apresentados, TC-MG tem inúmeros precedentes referente ao tema, Denúncias nºs 862.865, 862.949, 862.994, 863.025, 863.000, 863.004, 862.794, 862.790, 862.972, 862.864, todas afirmam que tal exigência no edital, afronta os princípios da isonomia, competitividade e razoabilidade.

Ademais, a administração municipal, bem como, toda administração Pública sem exceção, deve pautar nos princípios básicos da administração pública, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, a Administração deve pautar-se pela organização, celeridade e qualidade. **Não se fala em eficiência sem falar em planejamento.**

Ainda como forma de fortalecer as atividades administrativas dos Pregoeiros e das Comissões de Licitação o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais desenvolveu cartilha ([https://www.tce.mg.gov.br/IMG/Comissao%20de%20Publicacoes/Cartilha%20Licita%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pneus%20para%20intranet\\_v2.pdf](https://www.tce.mg.gov.br/IMG/Comissao%20de%20Publicacoes/Cartilha%20Licita%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pneus%20para%20intranet_v2.pdf)) com as principais irregularidades encontradas em editais de licitação de Pneu, ou seja, objeto da presente impugnação, na cartilha o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aborda inúmeros pontos que vão em desconformidade com a legislação, entre eles a solicitação de entrega dos itens em prazo inexecutável, como visto o Tribunal de Contas de Minas Gerais possui inúmeras denúncias referente as falhas na publicação dos referidos editais.

Todos os atos da Administração presumem-se legais, porque os atos devem seguir o princípio da Legalidade Restrita, fazer tudo em observância da lei (jurisprudência). Tal princípio descende diretamente do Princípio da Legalidade, pois a Administração só pode fazer o que está na lei, então, presumem-se que tudo que faça, seja com observância da lei.

Ainda a Administração Pública deve rever seus próprios atos. Pode anular seus próprios atos quando **eivados de vícios** que contenham ilegalidade. Deve anular porque o ato cria direito. A Administração Pública também pode revogar seus atos quando inconveniente ou inoportunos, respeitado o direito adquirido.

Sumula 473 STF: anula-se o ato ilegal; revoga-se o ato inconveniente ou inoportuno.



**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

Súmula 473 STF: ADMINISTRAÇÃO PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIÇÃO JUDICIAL.

Por fim, outro ponto importante a ser abordado, é que em nossa legislação trabalhista é prevista que os MOTORISTAS das Transportadoras obtenham seus direitos às horas de sono, conforme LEI 12.619/2012:

A Lei 12.619/2012 considera como trabalho efetivo o tempo que o motorista estiver à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso, espera e descanso. Ficando assegurado ao motorista profissional intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, além de intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas a cada 24 (vinte e quatro) horas e descanso semanal de 35 (trinta e cinco) horas. Ademais, os intervalos para repouso ou alimentação poderão ser fracionados quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais do trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada.

Evidente que caso fosse possível o atendimento do prazo de entrega referido no documento editalício, este só seria possível se o motorista responsável pela entrega tivesse uma jornada ininterrupta de trabalho, algo que a legislação veda expressamente.

## **II. Da exigência da certificação do IBAMA em nome do FABRICANTE**

Ato continuo a impugnante, ao analisar o edital e seus anexos para a verificação de viabilidade de participação no certame, se deparou com a seguinte condição no item **9.10. Qualificação Técnica**, que trata da qualificação técnica:

7.2.5.2) Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal, emitido em nome do **fabricante dos pneus**, cadastro de fabricação de pneus e similares; de acordo com a Resolução do CONAMA nº

**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

9.10.5. Certificação IBAMA, (do fabricante) obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos, voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente, a biota e o desenvolvimento sustentável(de acordo com o Acórdão n. 1045/16 TC/PR).

É necessário frisar inicialmente que essa exigência não cabe aos fabricantes que possuem suas sedes fora do Brasil, uma vez que a certificação do IBAMA é apenas para as empresas localizadas dentro do **território nacional**, já que a autoridade não possui competência para certificar empresas fabricantes situadas em território estrangeiro. Assim sendo, torna-se impossível o cumprimento da exigência feita na cláusula mencionada.

Vejamos, que neste sentido não vemos óbices no tange a exigência da certificação feita pelo IBAMA, desde que a mesma seja exigida dentro dos perímetros da Lei, e para empresas que trabalham diretamente com produtos importados, tal exigência cabe ao Importador e não ao Fabricante. Neste sentido requer-se a possibilidade de juntar a certificação feita pelo IBAMA ao importador, cuja disponibilização ocorre da mesma forma que a do fabricante.

Ao exigir que a certificação feita pelo IBAMA seja unicamente do fabricante dos produtos, a Administração Pública acaba por vedar completamente a possibilidade de participação do certame com produtos importados, ferindo claramente o princípio constitucional da isonomia, pois muitas empresas que trabalham exclusivamente com produtos de origem internacional, além de o IBAMA não possui essa autoridade para certificar empresas internacionais.

Reitera-se aqui que a impugnante não vem refutar a exigência de juntada da certificação do IBAMA, mas sim solicitar a aceitação de tal certificação feita em nome do **IMPORTADOR** dos produtos, já que é uma determinação expressamente prevista em lei. Vejamos o que dispõe a Resolução 416 do CONAMA em seu artigo 1º:

**Art. 1º Os fabricantes e os importadores** de pneus novos, com peso unitário superior a 2,0 kg (dois quilos), ficam obrigados a coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, na proporção definida nesta Resolução.

**§ 1º** Os distribuidores, os revendedores, os destinadores, os consumidores finais de pneus e o Poder Público deverão, **em articulação com os fabricantes e importadores**, implementar os procedimentos para a coleta dos pneus inservíveis existentes no País, previstos nesta Resolução.

**§ 2º** Para fins desta resolução, reforma de pneu não é considerada fabricação ou destinação adequada.



**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

**§ 3º** A contratação de empresa para coleta de pneus pelo fabricante ou importador não os eximirá da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações previstas no caput deste artigo. (grifo nosso)

Verifica-se, desta forma, que a resolução faz menção não somente ao fabricante, mas também ao importador, o que arremata a ideia de que deve ser aceito também o certificado expedido para o importador, já que não o aceitando, além de ir encontro a norma legal expressa, também fere os princípios norteadores do processo licitatório como o da isonomia, da ampla concorrência, da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, entre outros. Além de que os responsáveis diretos pelas suas obrigações para com a Administração Pública se darão através de seu Contratado, não tendo assim essa relação contratual com o Fabricante.

Ainda neste mesmo sentido, vejamos um trecho proferido pelo relator Conselheiro Substituto Victor Meyer no acórdão do julgamento da Denúncia n. 1072444 do TCE/MG, cujo tema abordado é o mesmo do presente caso:

No presente caso, de fato, o edital, item 7.2.8, prevê a obrigatoriedade de apresentação de "Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal, emitido em nome do FABRICANTE dos pneus". O referido dispositivo enfatiza, ainda, que "essa certificação deverá ser apresentada conforme marcas descritas na proposta comercial".

Os regulamentos citados no referido dispositivo editalício – Resolução 416/2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA e a IN 01/2010 do IBAMA –, pelo contrário, não restringem a exigência de certificação aos fabricantes, já que **estendem o seu alcance também aos importadores de pneus**, conforme explicitado no art. 1º de ambos os normativos.

**Ainda, como pode ser verificado no próprio Acórdão 1045/16 TC/PR**, o documento descreve como pertinente a solicitação de tal certificado, contundo, tal exigência não deve ser restrita ao fabricante, devendo ser ampliada ao importador, vejamos:

15) Exigência de cadastro técnico federal junto ao IBAMA. É indiscutível que as normas da autarquia têm aplicação imediata à Administração Pública, pois correlacionadas à proteção de direito transindividual – Direito Ambiental. Deve-se assegurar que o passivo ambiental (pneu usado pela administração) tenha uma destinação correta, adequada e segura, sobretudo em razão do risco ambiental do produto (princípio da prevenção). Válidos, portanto, são as exigências de certificado técnico de regularidade da atividade de importação (produto importado) **e/ou** certificado de fabricação (produto nacional).



**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

**Logo, resta evidenciado que a exigência em questão tende a restringir o acesso ao certame apenas às marcas cujos fabricantes estejam sediados em território nacional, discriminação que encontra óbice na vedação prescrita pelo § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993.**

E ainda, outro acórdão do TCE-MG, (denúncia n. 1088756, Segunda Câmara, sessão do dia 8/10/2020):

JURISPRUDÊNCIA. PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA, RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA ECONOMIA PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA COM CRITÉRIOS PARA REAJUSTE DE PREÇOS. IMPROCEDÊNCIA. ENCERRAMENTO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ARQUIVAMENTO. 1. A exigência de certidão de regularidade junto ao Ibama é razoável, uma vez que não fere a isonomia, nem o caráter competitivo do certame, sendo, ao contrário, norma que visa a proteção do meio ambiente, de matriz constitucional, sendo dever de todos aqueles que exercem atividade econômica. **No entanto, a exclusão da possibilidade de que a certidão seja entregue em nome do importador de pneus estrangeiros é restritiva e pode ser prejudicial à ampla concorrência.** 2. Considerando a existência de relevante divergência na jurisprudência desta Casa acerca da exigência de certidão de regularidade junto ao Ibama para aquisição de pneus, tendo em vista o princípio da segurança jurídica aplicável à esfera controladora, nos termos do art. 30 da Lei n. 13.655/2018, não se mostra razoável a continuidade da ação de controle, com a citação dos responsáveis e os reexames técnico e ministerial, uma vez que tornaria o custo do processo superior aos benefícios a serem auferidos numa deliberação deste Tribunal.

Após tudo o que foi demonstrado, conclui-se que quando o Edital do Pregão Eletrônico n. 012/2023 determina a juntada aos documentos de habilitação técnica da certificação do IBAMA apenas dos fabricantes, além de ferir os diversos princípios regentes do processo licitatório já mencionados, fere também o disposto no artigo 3º, § 1º da Lei 8.666/1993. É o texto do referido dispositivo:

Art. 3 - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada com estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo primeiro - É vedado aos agentes públicos:

**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Ademais, o artigo 1º da Lei 10.520/2002, lei que instituiu o Pregão, determina que esta modalidade pode ser utilizada pela Administração Pública para aquisição de bens e serviços comuns, portanto, veio o pregão para facilitar e simplificar o processo licitatório quando da compra deste tipo de bem. E ainda, o artigo 3º, inciso II, do mesmo diploma legal veda especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

Portanto, desde que os produtos sejam de 1ª linha de qualidade, se enquadrando nas normas técnicas previstas pela ABNT, e tenham certificação do INMETRO, não faz sentido limitar a competição do certame pela exigência de certificado expedido pelo IBAMA em nome exclusivamente do fabricante, uma vez que devem ser respeitados, repita-se, os princípios da competitividade, da isonomia, da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, entre outros.

A impugnante não concorda com a referida exigência, de modo que entende que, no caso em tela, deve a Administração Pública reconsiderar e aceitar que seja apresentada **certificação expedida pelo IBAMA não somente em nome do fabricante, mas também em nome do importador.**

**III. Aglutinação indevida de objetos (troca, fornecimento, montagem e balanceamento de pneus)**

O art. 23, §1º, da Lei (federal) n. 8.666/93 prevê como regra a divisão das obras, serviços e compras públicas em tantas parcelas quanto se mostrarem técnica e economicamente viáveis.

Também está bem explicitado no art. 40 da Lei (federal) n. 14.133/2021. O parcelamento do objeto é a regra, quando a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável, não represente risco ao conjunto ou complexo do objeto, nem prejuízo à economia de escala.

Algumas situações que, em regra, conduzem ao parcelamento do objeto:

- a) objetos de natureza distinta que não são comumente prestados por fornecedor único;
- b) objetos de natureza idêntica, mas que, por exigirem fornecimento em localidades distantes, não encontram empresas dispostas a fornecê-los; e
- c) objetos de natureza idêntica, para o mesmo local, mas que, pela elevada quantidade, não encontram no mercado prestador hábil a fornecê-los na totalidade.



**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

No caso das licitações para aquisições de pneus, é comum a aglutinação entre produtos (pneus, câmaras de ar, baterias, etc.), entre serviços (montagem, desmontagem, alinhamento, cambagem, geometria, balanceamento, conserto, rodízio, troca, vulcanização, etc.) e entre os primeiros e os segundos.

Assim, por serem itens divisíveis, quando o órgão licitante lança um edital prevendo a aquisição de pneus juntamente com outros produtos ou serviços, sem justificativa técnica e econômica, estará contrariando o **art. 23, § 1º, da Lei (federal) n. 8.666/1993 e o art. 40 da Lei (federal) n. 14.133/2021.**

Como consequência, essa aglutinação indevida de objetos impede a participação de empresas que tenham como atividade apenas a comercialização de pneus (nosso caso), diminuindo a competitividade do certame.

O TCE/SC já considerou irregular a aglutinação da aquisição de pneus com o serviço de montagem e balanceamento; da aquisição de pneus com o serviço de montagem, alinhamento e balanceamento; bem como da aquisição de pneus com o serviço de montagem, geometria e balanceamento, em razão da ausência de justificativa para o não parcelamento. Acórdão n. 0241/2021 (REP 20/00584106), do Plenário do TCE/SC. 19 Acórdão n. 0619/2014 (REP 13/00740806), do Plenário do TCE/SC.

Em linha semelhante, o TCU também já firmou entendimento sobre a obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global quando o objeto da licitação for divisível.

Desse modo, nas licitações para aquisições de pneus, quando não houver o parcelamento do objeto (produtos e serviços), o gestor público deverá demonstrar no processo administrativo quais os motivos técnicos e econômicos que levaram à escolha da solução, comprovando a existência de fornecedores aptos a atender à demanda na integralidade, sob o risco de configurar restrição à competitividade. 20 Acórdão n. 0372/2021 (REP 20/00111976), do Plenário do TCE/SC. 21 Súmula 247 do TCU. Nesse sentido, tem-se as recomendações dos Acórdãos ns. 0554/2021 (REP 21/00318327), 0372/2021 (REP 20/00111976) e 0386/2020 (REP 19/00796497), todos do Plenário do TCE/SC.

**4. PEDIDOS**

Ante o exposto, requer:

- a) O recebimento da presente Impugnação ao edital com o devido processamento dos autos do Processo Licitatório;
- b) Para garantir o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, requer julgamento da presente Impugnação devidamente motivada, no prazo de 2(dois) dias úteis;

**CPX DISTRIBUIDORA S/A**

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 13 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº. 10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº. 255.653.050 - Insc. Mun. Nº. 290.589

E-mail: [licitacao@cantustore.com.br](mailto:licitacao@cantustore.com.br)

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramais 9412, 9418 e 9505.

- c) A procedências das alegações formuladas na presente impugnação para:
- c-1) Que seja retificado do edital o prazo de entrega de 5 (cinco) dias úteis para entrega dos materiais, e este seja **considerado prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar da emissão da Autorização de Fornecimento;
- c-2) A procedência das alegações formuladas na presente impugnação para que seja retificado o edital, e que seja aceita a Certidão de Regularidade no Cadastro Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras expedido pelo IBAMA, em nome do **IMPORTADOR;**
- c-3) Que seja retirado a exigência de prestação de serviço de troca, montagem e desmontagem, visto, que o objeto principal do edital é a aquisição de pneu, uma vez, que a grande maioria das empresas somente vende o pneu e não prestam o serviço de borracharia, ainda, pois os objetos são plenamente divisíveis, possibilitando o órgão realize licitação por item, garantindo a economicidade.
- d) Após as modificações, seja determinada a republicação do edital a fim de garantir publicidade para tal retificação.

Itajaí, 25 de setembro de 2023.

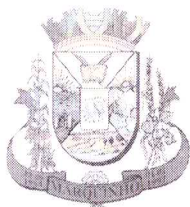
Nestes termos,  
pede deferimento.

**CELIO MILO  
DE  
ANDRADE:35  
179458897**

Assinado digitalmente por CELIO MILO DE  
ANDRADE:35179458897  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial,  
OU=03402819000173, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=  
ARINFOCOMEX, OU=RFB e CPF A1, CN=  
CELIO MILO DE ANDRADE:35179458897  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2023.09.25 11:49:00-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.3

CPX Distribuidora S/A  
10.158.356/0001-01  
Representante  
Celio Milo de Andrade  
CPF: 351.794.588-97





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



## RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

**Referente:** Pedido de Impugnação Pregão Eletrônico nº 050/2023.

**EMPRESA:** CPX DISTRIBUIDORA S/A.

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Sobre a Impugnação ao Edital referente ao processo licitatório 071/2023, Pregão Eletrônico nº 050/2023, visando a aquisição de pneus novos, segue abaixo:

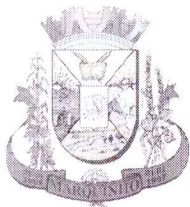
Cabe salientar que a Modalidade Licitatória Pregão Eletrônico fora criada com o intuito de dar celeridade aos procedimentos de compras e contratações da administração pública e que, não somente a administração, mas também todos os envolvidos no procedimento, têm o dever de cuidar para não gerar dificuldades inúteis ao andamento do procedimento.

Com relação ao Pedido de impugnação, cabe destacar que foi apresentado de forma tempestiva pela impugnante, observando o contido em Edital de Licitação Item "24.", subitem "24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.", reconhecendo assim a tempestividade do ato.

### DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A empresa impugnante contesta o instrumento convocatório do procedimento licitatório em epígrafe, alegando que a participação de todas as empresas que tem real condição de fornecimento foram restringidas, pontuando como motivos:

- Prazo de entrega 5 (cinco) dias úteis, onde, ao fixar um prazo para a entrega dos produtos, deve a Administração Pública pautar-se na razoabilidade, planejamento, bem como atentar-se para o caráter de ampla competitividade que deve envolver o processo licitatório e a realidade de mercado;
- A exigência de que a certificação feita pelo IBAMA seja unicamente do fabricante dos produtos, onde alega que Administração Pública acaba por vedar completamente a possibilidade de participação do certame com produtos importados, ferindo claramente o princípio constitucional da isonomia, pois muitas empresas que trabalham exclusivamente com produtos de origem internacional, além de o IBAMA não possui essa autoridade para certificar empresas internacionais.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



Diante do exposto a requerente impugnante exige que:

- O recebimento da presente Impugnação ao edital com o devido processamento dos autos do Processo Licitatório;
- Para garantir o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, requer julgamento da presente Impugnação devidamente motivada, no prazo de 2(dois) dias úteis;
- A procedências das alegações formuladas na presente impugnação para:
- c-1) Que seja retificado do edital o prazo de entrega de 5 (cinco) dias úteis para entrega dos materiais, e este seja considerado prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da emissão da Autorização de Fornecimento;
- c-2) A procedência das alegações formuladas na presente impugnação para que seja retificado o edital, e que seja aceita a Certidão de Regularidade no Cadastro Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras expedido pelo IBAMA, em nome do IMPORTADOR;
- c-3) Que seja retirado a exigência de prestação de serviço de troca, montagem e desmontagem, visto, que o objeto principal do edital é a aquisição de pneu, uma vez, que a grande maioria das empresas somente vende o pneu e não prestam o serviço de borracharia, ainda, pois os objetos são plenamente divisíveis, possibilitando o órgão realize licitação por item, garantindo a economicidade.
- Após as modificações, seja determinada a republicação do edital a fim de garantir publicidade para tal retificação.

## DA RESPOSTA

De ciência do solicitado passamos a observar o exigido em Edital de Licitação, Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico nº 50/2023, que no Item "7.", subitem "7.1." do Termo de referência discorre que *"Os produtos deverão ser entregues montados em até 05 (cinco) dias úteis, contados do encaminhamento da requisição através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor. A montagem e desmontagem dos pneus será exclusivamente por conta do licitante vencedor."* Passamos assim a analisar os fundamentos do exigido:

- Quando esta municipalidade entende pela estipulação do prazo de entrega de 5 (cinco) dias há o pleno estudo e entendimento de que este prazo é o prazo ideal para o atendimento de forma correta da demanda gerada pelos veículos da Administração Municipal sem que seja constatada restrição à competitividade do certame, não obstante, crivamos que o Princípio do Interesse Público sobressai ao particular, ora pois não é facultado aos proponentes a formatação das





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.

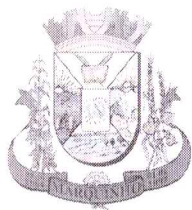


000179

PREFEITURA DE  
MARQUINHO

características da contratação, tendo em vista que estes não conhecem a realidade estrutural física e financeira da administração pública contratante. Se assim o fosse, com a solicitação que a entidade publica colocasse prazo de um ano para a entrega, só para atender ao bel prazer dos interessados administração deveria acatar?;

- Na berlinda dos fatos passa-se a análise dos entendimentos sobre o prazo da entrega dos produtos, colocando a luz da ciência parte do exposto em Acórdão do TCE/PR nº 1045/16 que discorre exatamente sobre as exigências permitidas para a aquisição de pneus novos, transcrevendo que “B) São vedadas as exigências de:...”XI) De entrega de pneus em prazos de horas, concedendo-se um prazo mínimo de 2 dias úteis após a ordem de compra ou após a homologação do certame. Idem quanto à reposição decorrente de falhas no produto entregue;”
- Cabe ressaltar e destacar que, o Município de Marquinho enquadra-se como pequena cidade, com cerca de 5.000 habitantes, não dispondo assim de ampla infraestrutura predial, assim não possui almoxarifado adequado para o armazenamento dos pneus a longo prazo, sendo que uma das Secretárias que mais fará a utilização dos pneus é a de Saúde, como é sabido de todos quando tratamos de transporte oferecidos aos usuários da Saúde Pública tratamos da integridade física e psicológica dos usuários. Atentamos assim que o aumento dos prazos para que os veículos voltem o quanto antes as atividades normais é o diferencial em muitos casos à saúde dos munícipes e demais usuários da Saúde Pública.
- Destacamos ainda o fato de que esta municipalidade não possui veículos reservas para realizarem os transportes enquanto aguarda a entrega dos pneus para veículo ora utilizado. Assim dispomos que, caso haja a necessidade da substituição de um pneu, levando em conta que a maior parte das vias municipais são constituídas de estradas sem pavimentação, compostas por cascalho, pedriscos e demais materiais que são extremamente abrasivos aos pneus, levando a altos índices de substituições, deverá este órgão público aguardar o prazo de 10 (dez) dias úteis para a entrega e mais o prazo de desmontagem/montagem só porque uma interessada alega não conseguir fornecer em um prazo que até mesmo o TCE/PR acordou como viável?



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



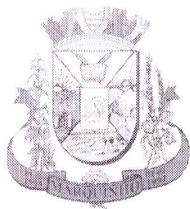
000180

- Vale ressaltar que a exemplo da área da Saúde, observamos também o grande impacto na Secretaria de Educação, atualmente o calendário escolar é extremamente rigoroso e com margem quase zerada para reposições de aulas e atividades, ora pois, um veículo parado, sem prestar os serviços por mais 10 (dez) dias traria prejuízos incalculáveis a vários setores da Administração Pública.

Sobre a solicitação de que seja retirado a exigência de prestação de serviço de troca, montagem e desmontagem, visto, que o objeto principal do edital é a aquisição de pneu, uma vez, que a grande maioria das empresas somente vende o pneu e não prestam o serviço de borracharia, ainda, pois os objetos são plenamente divisíveis, possibilitando o órgão realize licitação por item, garantindo a economicidade, fundamentamos que:

- Quando esta municipalidade entende pela responsabilidade da proponente vencedora pela desmontagem e consequentemente a montagem dos pneus novos nos veículos, observamos que há claramente a intenção de conciliar a aquisição dos pneus novos com o fator garantia, pois há o claro risco de o fornecedor dos pneus alegar que o problema foi de quem instalou e consequentemente quem instalou alegaria que o problema foram dos pneus resultando assim em um prejuízo crasso ao órgão público, ferindo deliberadamente o Princípio da Economicidade.
- Verificamos ainda, que é de praxe do mercado a venda com a montagem dos pneus no veículo, visto que normalmente ao adquirir um pneu novo, o fornecedor já faz o serviço de montagem do mesmo. Não atrelando nenhum custo adicional ao preço final, corroborado aqui pelo fato de que esta Administração estaria sendo conivente com um possível pagamento em duplicidade no caso da aquisição dos pneus e posteriormente da contratação dos serviços de montagem por empresa terceirizada, haja visto que esta municipalidade não possui sem eu quadro de servidores, profissional capacitado para a realização dos serviços tampouco equipamentos adequados para o pleito, ferindo novamente o Princípio da Economicidade.
- Cabe ressaltar e destacar que, o Município de Marquinho enquadra-se como pequena cidade, com cerca de 5.000 habitantes, não dispondo assim de ampla infraestrutura predial, assim não possui almoxarifado adequado para o armazenamento dos pneus a longo prazo, assim, o





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000181

fornecimento em boa parte das requisições, deverá ser com a entrega e montagem nos moldes dos prazos estabelecidos junto ao Termo de Referência do Edital de Licitação, pois uma das Secretárias que mais fará a utilização dos pneus é a de Saúde, como é sabido de todos, com a fragmentação deste serviço que é intrínseco ao objeto, os prazos se alongam cada vez mais e quando tratamos de transporte oferecidos aos usuários da Saúde Pública tratamos da integridade física e psicológica dos usuários. Atentamos assim que a redução dos prazos para que os veículos voltem o quanto antes as atividades normais é o diferencial em muitos casos à saúde dos munícipes e demais usuários da Saúde Pública.

- Destacamos ainda o fato de que esta municipalidade não possui veículos reservas para realizarem os transportes enquanto é realizada a desmontagem/montagem dos pneus no veículo ora utilizado. Assim dispomos que, caso haja a necessidade da substituição de um pneu, levando em conta que a maior parte das vias municipais são constituídas de estradas sem pavimentação, compostas por cascalho, pedriscos e demais materiais que são extremamente abrasivos aos pneus, levando a altos índices de substituições, deverá este órgão público aguardar o prazo médio de 5 (cinco) dias para entrega dos pneus, mais 5 (cinco) dias para a desmontagem/montagem?
- Vale ressaltar que a exemplo da área da Saúde, observamos também o grande impacto na Secretaria de Educação, atualmente o calendário escolar é extremamente rigoroso e com margem quase zerada para reposições de aulas e atividades, ora pois, um veículo parado, sem prestar os serviços por 10 (dez) dias traria prejuízos incalculáveis a vários setores da Administração Pública.
- A impugnante alega ainda que está impedida de licitar, pois não dispõe de oficina e/ou representante na região do órgão público, reiteramos que não há exigências para dispor de representante e/ou oficina na região do Município de Marquinho, o que há é a solicitação para que seja realizado prospecção de contratação tal qual é realizado aos particulares, ora pois, é devido só por se tratar de Administração Pública realizar dois pagamentos quando em particulares o pagamento e serviços são intrínsecos? Ocorre ainda que, o fato de a impugnante estar sediada em



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000132

outra cidade ou estado não impede sua participação no presente certame.

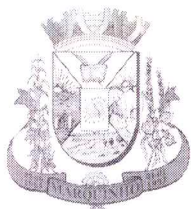
Nas facetas do pedido de impugnação passamos a observar o exigido em Edital de Licitação, Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico nº 50/2023, que no Item “9.10. Qualificação Técnica”, subitem “9.10.5. *Certificação IBAMA, (do fabricante) obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos, voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente, a biota e o desenvolvimento sustentável (de acordo com o Acórdão n. 1045/16 TC/PR).*” Passamos assim a analisar os fundamentos do exigido:

- A exigência do exposto acima é pautada nos autos da legalidade, factuados novamente pelo Acórdão do TCE/PR nº 1045/16 que nos apresenta como uma exigência válida justamente a “I) *Certificação INMETRO, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior. A homologação INMETRO ocorre privativamente sobre pneumáticos destinados a motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados;*” e não satisfeito este órgão de controle ainda coloca mais uma vez como exigência válida a “IV) *Certificação IBAMA, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos, voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente, a biota e o desenvolvimento sustentável;*”.
- Aclara ainda aqui grande desconhecimento e desatenção por parte da impugnante, pois em uma rápida pesquisa na ferramenta online “Google”, atualmente disponível à quase toda população, sobre os tópicos pautados na impugnação obtém-se o acórdão do TCE/PR com as devidas conclusões sobre tais exigências habilitatórias, quando poderiam evitar o desperdício de tempo desta administração em respostas a pedidos completamente infundamentados.

## CONCLUSÃO

Assim entendemos pelo cumprimento da Lei, estando assim o edital livre de qualquer irregularidade ou vício e na forma da Lei, **NEGAMOS PROVIMENTO** à impugnante CPX DISTRIBUIDORA S/A.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br


Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000133

Marquinho-PR, 28 de setembro de 2023.

Atenciosamente,



Gilmar Camargo

Departamento de Licitações e Contratos  
Prefeitura Municipal de Marquinho-PR



000184

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO /PR

**Pregão Eletrônico Nº 050/2023**

**CAMILA PAULA BERGAMO**, inscrita no RG sob o nº 5.753.017 e CPF sob o nº 090.926.489-90, com registro na OAB/SC sob o nº 48.558, com inscrição suplementar nesta Seccional, sob o nº 120313, desde 08/08/2023, estando habilitada para o exercício da advocacia, com estabelecimento profissional à Rua Doutor Maruri, nº 330, Apto 302, Centro, Concórdia/SC, CEP: 89.700-065, endereço eletrônico [camilabergamoadv@hotmail.com](mailto:camilabergamoadv@hotmail.com), vem, à presença de V.S.<sup>a</sup>, com fulcro nas leis nº 8.666/93, nº 10.520/02, nº 14.133/21, seus artigos e suas alterações posteriores, tempestivamente apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, consoante os fatos e fundamentos que passa a expor:

**PRELIMINAR - DA TEMPESTIVIDADE**

Tendo em vista que a sessão pública está prevista para abertura na data de 02/10/2023, insta salientar que a impugnante está dentro do prazo para impugnar previsto no Art. 41, §2º da Lei Nº 8.666/93, qual seja, o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, e desta forma, a presente impugnação ao edital resta tempestiva.

**SÍNTESE DOS FATOS**

A presente impugnação diz respeito ao Edital de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 50/2023, a realizar-se na data de 02/10/2023, proposto pela Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Marquinho /PR, tendo como objeto a aquisição de pneus novos, conforme especificações do Edital e seus anexos.



Contudo, verificou-se que no texto editalício possui cláusulas e condições que não se encontram de acordo com a legislação vigente, visto que restringem o universo de participantes que comercializam produtos importados e até mesmo de origem nacional.

Dessa forma, requer o recebimento da presente impugnação, para que sejam aceitos os questionamentos abaixo elencados, para que seja garantido os princípios norteadores do processo licitatório, inclusive, o da ampla concorrência e proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **MÉRITO**

#### **DO CONDICIONAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM NO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS LICITADOS**

A exigência maculada pelo edital em apreço de contratação de serviços juntamente com o fornecimento dos pneus licitados é completamente ilegal, visto que restringe a participação de várias empresas do certame.

Para tanto, traz-se à baila os preceitos da Súmula 247 do Colendo Tribunal de Contas da União:

Súmula 247. “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Ao coadunar no edital a exigência de, além do fornecimento das mercadorias, a empresa ter que prestar os serviços de montagem e balanceamento, a administração pública está afrontando de forma significativa o disposto pelo TCU, ou seja, contrariando decisão de superior instância.

Dessa forma, considerando que referida matéria encontra-se superada e inclusive sumulada, não restam dúvidas acerca da ilegalidade de referida condição exigida no edital, devendo ser excluída do presente certame.

## DO DOT INFERIOR A 06 MESES

O edital em análise, exige, na **descrição dos itens**, pneus com DOT inferior a **06** meses. O DOT, é o meio de auferir a data de fabricação de pneus, porém, ao contrário da maioria dos outros produtos, não pode ser utilizado como base para apurar a data de validade destes.

Tal fato ocorre devido ao material utilizado na fabricação dos pneus ser de durabilidade extrema, não seguindo a mesma lógica de produtos perecíveis. Para exemplificar, toma-se como base algumas definições de **pneu novo**:

Segundo a Resolução nº 416/2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA:

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

[...]

II – Pneu novo: pneu, de qualquer origem, que não sofreu qualquer uso, nem foi submetido a qualquer tipo de reforma e não apresenta sinais de envelhecimento nem deteriorações, classificado na posição 40.11 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.

Para Zilda Faria de Lima Veloso, Gerente de Resíduos Perigosos Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, no material denominado Ciclo de Vida dos Pneus:

Pneu novo: Pneu que não sofreu qualquer uso, nem foi submetido a qualquer tipo de reforma, e não apresenta sinais de envelhecimento nem deteriorações de qualquer origem.

Ainda, extrai-se do material suso mencionado a seguinte tabela:



**TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO DE ALGUNS RESÍDUOS**

<b>Material</b>	<b>Tempo de Degradação</b>
Aço	Mais de 100 anos
Alumínio	200 a 500 anos
Chicletes	5 anos
Cordas de nylon	30 anos
Embalagens Longa Vida	Até 100 anos (alumínio)
Embalagens PET	Mais de 100 anos
Isopor	indeterminado
Papel e papelão	Cerca de 6 meses
Pneus	indeterminado
Sacos e sacolas plásticas	Mais de 100 anos
Vidros	indeterminado

Outrossim, devido à imaterialidade do prazo de validade dos pneus, faz-se necessário a análise de outros diplomas legais. Inexiste, no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, comandos precisos acerca das condições necessárias de rodagem concernentes ao assunto, tratando-o de forma abstrata em seu artigo 230, inciso XVIII, ao se referir ao mau estado de conservação.

Coube à Resolução nº 558/1980, definir o mínimo aceitável, se tratando da conservação do objeto tratado:

Art. 4º - Fica proibida a circulação de veículo automotor equipado com pneu cujo desgaste da banda de rodagem tenha atingido os indicadores ou cuja profundidade remanescente da banda de rodagem seja inferior a 1,6 mm.

Observa-se que, em momento algum, existem referências ao DOT, nem para fins deterioração, nem para fins de sanções administrativas do CTB. Em suma, os parâmetros estabelecidos no edital não se alinham aos utilizados pelos órgãos especializados na matéria. Isto ocorre pois, como já aludido alhures, não há conexão direta entre DOT e validade, sendo este utilizado, subsidiariamente, para fins de garantia. Esta afirmação é corroborada pela Associação Brasileira de Indústrias Pneumáticas:

Os pneus não têm prazo de validade e sim a garantia contratual oferecida pelos fabricantes, que normalmente é de cinco anos a partir da data da nota fiscal de compra do pneu ou da data de compra do veículo novo.

Na falta do comprovante de compra do pneu, a data que pode ser considerada é a de fabricação do pneu. Para saber quando ele foi produzido, basta olhar na sua lateral. Logo depois do código DOT, encontra-se o número de série e esta informação consta os quatro últimos algarismos. Os dois primeiros dizem respeito à semana de produção e os dois últimos ao final do ano de fabricação. (ex.: 1017 [décima semana do ano de 2017]).

Ademais, a fixação de prazo de fabricação tão exíguo é análoga a proibição de produtos importados, pois a simples tramitação aduaneira, somada com às negociações e procedimentos do fornecedor, exige tempo superior ao previsto no presente edital.

Proibição esta, diga-se de passagem, que já foi exaustivamente trabalhada pelas Cortes de Contas e afastada dos processos licitatórios. Extrai-se do Acórdão 556/2014, do Tribunal Pleno, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em voto do Excelentíssimo Relator Ivan Lelis Bonilha, acatado por unanimidade:

No caso concreto, verifica-se que o edital do Pregão Presencial nº 10/2013, no item 29 (peça 02, fl. 56), exigiu que os pneus, câmaras de ar e protetores fossem de fabricação nacional, justificando tal preferência, em suma, no interesse público. A exigência, contudo, não possui respaldo legal, vez que o ordenamento jurídico não prevê distinções dessa natureza, sendo que a Lei nº 8.666/93 apenas utiliza o critério da nacionalidade para eventual empate nas licitações (artigo 3º, §2º10) e no caso de estabelecimento de margem de preferência (artigo 3º, §5º 11), não sendo estas a hipótese dos autos.

[...]

Dessa forma, entendo que a preferência por pneus, câmaras de ar e protetores nacionais em detrimento de importados foi exigência excessiva e violou a competitividade do certame, em afronta aos artigos 3º, §1º, da Lei nº 8.666/9312, e 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/0213, já citados.

Nesse esteio, duas máximas podem ser propaladas:

- a) A fixação do DOT inferior a **06** meses, como parâmetro editalício, é arbitrária, não possuindo respaldo técnico-científico como garantidor de qualidade e durabilidade de pneumáticos.



- b) A fixação do DOT inferior a **06** meses é proibição velada à participação de produtos importados, impossibilitando os processos necessários para sua fabricação, negociação e importação em tempo hábil.

Desta forma, pode-se concluir que esta atitude configura verdadeiro direcionamento do objeto, garantindo vantagem desleal às empresas de produção nacional. Em clara afronta à legislação pátria, conforme se extrai da Lei de Licitações:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§1º. É vedado aos agentes públicos:

I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos da convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Desta feita, roga-se pela exclusão do DOT de 06 meses, garantindo o caráter competitivo do certame e o cumprimento do melhor interesse social.

## PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

- a) O recebimento da presente Impugnação ao Edital com o devido processamento aos autos do Processo Licitatório;

b) Seja devidamente julgado procedentes os pedidos formulados na Impugnação ao Edital, para o fim de retificar o edital nos seguintes termos:

**Item. 7.1. Os produtos deverão ser entregues montados em até 05 (cinco) dias úteis, contados do encaminhamento da requisição através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor. A montagem e desmontagem dos pneus será exclusivamente por conta do licitante vencedor.**

Seja excluída determinada exigência, conforme fundamentação supra.


**ANEXO I - III) Prazos de fabricação não superior a 6 meses no momento em que é entregue, pois trata-se de imposição voltada a resguardar a contento o objeto do contrato;**

Passe a constar o DOT de 12 meses, de forma a ser considerado o demorado prazo de fabricação e importação, conforme fundamentação supra.

c) Seja determinada a republicação do edital, escoimando o vício atacado em face da exigência ilegal, com a observância e cumprimento do artigo 21, § 4º da Lei de Licitações.

Nestes termos, pede deferimento.

Concórdia, 26 de setembro de 2023



---

CAMILA BERGAMO  
OAB/SC 48.558





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000191

## RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

**Referente:** Pedido de Impugnação Pregão Eletrônico nº 050/2023.

**EMPRESA:** CAMILA PAULA BERGAMO.

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Sobre a Impugnação ao Edital referente ao processo licitatório 071/2023, Pregão Eletrônico nº 050/2023, visando a aquisição de pneus novos, segue abaixo:

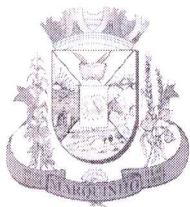
Cabe salientar que a Modalidade Licitatória Pregão Eletrônico fora criada com o intuito de dar celeridade aos procedimentos de compras e contratações da administração pública e que, não somente a administração, mas também todos os envolvidos no procedimento, têm o dever de cuidar para não gerar dificuldades inúteis ao andamento do procedimento.

Com relação ao Pedido de impugnação, cabe destacar que foi apresentado de forma tempestiva pela impugnante, observando o contido em Edital de Licitação Item "24.", subitem "24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.", reconhecendo assim a tempestividade do ato.

### DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante contesta o instrumento convocatório do procedimento licitatório em epígrafe, alegando que o texto editalício possui cláusulas e condições que não se encontram de acordo com a legislação vigente, visto que restringem o universo de participantes que comercializam produtos importados e até mesmo de origem nacional, ilustrando que:

- A exigência maculada pelo edital em apreço de contratação de serviços juntamente com o fornecimento dos pneus licitados é completamente ilegal, visto que restringe a participação de várias empresas do certame e em ato contínuo;
- A exigência de, além do fornecimento das mercadorias, a empresa ter que prestar os serviços de montagem e balanceamento, a administração pública está afrontando de forma significativa decisão de superior instância;
- A exigência, na descrição dos itens, pneus com DOT inferior a 06 meses. O DOT, é o meio de auferir a data de fabricação de pneus, porém, ao contrário da maioria dos outros produtos, não pode ser utilizado como base para apurar a data de validade destes e em ato contínuo;
- Que a fixação de prazo de fabricação tão exíguo é análoga a proibição de produtos importados, pois a simples tramitação aduaneira, somada com às



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000192

negociações e procedimentos do fornecedor, exige tempo superior ao previsto no presente edital.

Diante do exposto a requerente impugnante exige:

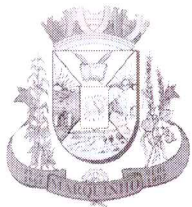
- O recebimento da presente Impugnação ao edital com o devido processamento dos autos do Processo Licitatório;
- Que sejam devidamente julgado procedentes os pedidos formulados na Impugnação ao Edital, para o fim de retificar o edital nos seguintes termos e seja excluída determinada exigência: Item. 7.1. Os produtos deverão ser entregues montados em até 05 (cinco) dias úteis, contados do encaminhamento da requisição através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor. A montagem e desmontagem dos pneus será exclusivamente por conta do licitante vencedor;
- Que altere-se para passar a constar o DOT de 12 meses, de forma a ser considerado o demorado prazo de fabricação e importação;
- Seja determinada a republicação do edital, escoimando o vício atacado em face da exigência ilegal, com a observância e cumprimento do artigo 21, § 4º da Lei de Licitações.

## DA RESPOSTA

De ciência do solicitado passamos a observar o exigido em Edital de Licitação, Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico nº 50/2023, que no Item "7.", subitem "7.1." do Termo de referência discorre que *"Os produtos deverão ser entregues montados em até 05 (cinco) dias úteis, contados do encaminhamento da requisição através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor. A montagem e desmontagem dos pneus será exclusivamente por conta do licitante vencedor."* Passamos assim a analisar os fundamentos do exigido:

- Quando esta municipalidade entende pela responsabilidade da proponente vencedora pela desmontagem e consequentemente a montagem dos pneus novos nos veículos, observamos que há claramente a intenção de conciliar a aquisição dos pneus novos com o fator garantia, pois há o claro risco de o fornecedor dos pneus alegar que o problema foi de quem instalou e consequentemente quem instalou alegaria que o problema foram dos pneus resultando assim em um prejuízo crasso ao órgão público, ferindo deliberadamente o Princípio da Economicidade;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

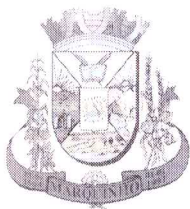
e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000193

- Verificamos ainda, que é de praxe do mercado a venda com a montagem dos pneus no veículo, visto que normalmente ao adquirir um pneu novo, o fornecedor já faz o serviço de montagem do mesmo. Não atrelando nenhum custo adicional ao preço final, corroborado aqui pelo fato de que esta Administração estaria sendo conivente com um possível pagamento em duplicidade no caso da aquisição dos pneus e posteriormente da contratação dos serviços de montagem por empresa terceirizada, haja visto que esta municipalidade não possui sem eu quadro de servidores, profissional capacitado para a realização dos serviços tampouco equipamentos adequados para o pleito, ferindo novamente o Princípio da Economicidade;
- Cabe ressaltar e destacar que, o Município de Marquinho enquadra-se como pequena cidade, com cerca de 5.000 habitantes, mão dispendo assim de ampla infraestrutura predial, assim não possui almoxarifado adequado para o armazenamento dos pneus a longo prazo, assim, o fornecimento em boa parte das requisições, deverá ser com a entrega e montagem nos moldes dos prazos estabelecidos junto ao Termo de Referência do Edital de Licitação, pois uma das Secretárias que mais fará a utilização dos pneus é a de Saúde, como é sabido de todos, com a fragmentação deste serviço que é intrínseco ao objeto, os prazos se alongam cada vez mais e quando tratamos de transporte oferecidos aos usuários da Saúde Pública tratamos da integridade física e psicológica dos usuários. Atentamos assim que a redução dos prazos para que os veículos voltem o quanto antes as atividades normais é o diferencial em muitos casos à saúde dos munícipes e demais usuários da Saúde Pública;
- Destacamos ainda o fato de que esta municipalidade não possui veículos reservas para realizarem os transportes enquanto é realizada a desmontagem/montagem dos pneus no veículo ora utilizado. Assim dispomos que, caso haja a necessidade da substituição de um pneu, levando em conta que a maior parte das vias municipais são constituídas de estradas sem pavimentação, compostas por cascalho, pedriscos e demais materiais que são extremamente abrasivos aos pneus, levando a altos índices de substituições, deverá este órgão público aguardar o prazo médio de 5 (cinco) dias para entrega dos pneus, mais 5 (cinco) dias para a desmontagem/montagem?



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000194

- Vale ressaltar que a exemplo da área da Saúde, observamos também o grande impacto na Secretaria de Educação, atualmente o calendário escolar é extremamente rigoroso e com margem quase zerada para reposições de aulas e atividades, ora pois, um veículo parado, sem prestar os serviços por 10 (dez) dias traria prejuízos incalculáveis a vários setores da Administração Pública;
- Destarte, elucidamos, que esta Administração não está solicitando nada além do mínimo oferecido de forma intrínseca ao objeto, não há solicitação de realização de serviços de balanceamento como colocado pela impugnante e sim apenas a montagem.

Procedendo com a análise ao exigido postulamos o solicitado em Edital de Licitação, Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico nº 50/2023, que no Item “9.10. Qualificação Técnica”, subitem “9.10.3. Termo documentado que a proponente compromete-se com os prazos de fabricação não superior a 6 meses no momento em que é entregue, pois trata-se de imposição voltada a resguardar a contento o objeto do contrato (de acordo com o Acórdão n. 1045/16 TC/PR).” Passamos assim a analisar os fundamentos do exigido:

- A exigência do exposto acima é pautada nos autos da legalidade, factuados novamente pelo Acórdão do TCE/PR nº 1045/16 que nos apresenta como uma exigência válida justamente a “III) Prazos de fabricação não superior a 6 meses no momento em que é entregue, pois trata-se de imposição voltada a resguardar a contento o objeto do contrato”;
- Esta exigência além de fundamentada em Acórdão do TCE/PR, já mencionado outrora, se faz necessária devido a impossibilidade do conhecimento do armazenamento dos pneus. Como evidenciado junto ao pedido de impugnação, a impugnante expôs que o prazo de decomposição do material dos pneus é indeterminado, ora, concordamos completamente com a colocação da impugnante, de fato o prazo de degradação do material dos pneus é indeterminado, mas aqui estamos falando da integridade da estrutura do pneu, onde, é sabido de todos que estes podem sim passar por transformações e deformações pelo simples fato de um armazenamento em condições erradas. Entre um dos tipos de problemas que podem ser gerados está o ressecamento precoce do material dos pneus e consequentemente o abalo completo da estrutura física deste. Como a própria impugnante observou, na importação, ou





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



000195

mesmo na fabricação nacional, a origem não importa, um pneu pode ser armazenado em diversos locais sob diversas circunstâncias. Podem sofrer desde a incidência excessiva da luz solar, com altas temperaturas, até o contraste do contato com neve e/ou temperaturas baixíssimas, o que vem a comprometer completamente a estrutura do pneu. Assim a exigência Editalícia respaldada pelo Acórdão do TCE/PR torna-se não só justificável como também imprescindível para tal pleito;

- Aclara ainda aqui grande desconhecimento e desatenção por parte da impugnante, pois em uma rápida pesquisa na ferramenta online “Google”, atualmente disponível à quase toda população, sobre os tópicos pautados na impugnação obtém-se o acórdão do TCE/PR com as devidas conclusões sobre tais exigências habilitatórias, quando poderiam evitar o desperdício de tempo desta administração em respostas a pedidos completamente infundamentados.

## CONCLUSÃO

Assim entendemos pelo cumprimento da Lei, estando assim o edital livre de qualquer irregularidade ou vício e na forma da Lei, **NEGAMOS PROVIMENTO** à impugnante CAMILA PAULA BERGAMO.

Marquinho-PR, 28 de setembro de 2023.

Atenciosamente,



Gilmar Camargo

Departamento de Licitações e Contratos  
Prefeitura Municipal de Marquinho-PR